CIVILIZAÇÃO E REVOLTA:

OS BOTOCUDOS E A CATEQUESE

NA PROVÍNCIA DE MINAS

MATTOS, I. M. de. *Civilização e revolta: os Botocudos e a catequese na Província de Minas*. Bauru: Edusc/Anpocs, 2004.

Vencedora do prêmio Edusc-Anpocs/2003, a obra *Civilização e revolta* é uma leitura obrigatória para todos os que se enveredam pelas fronteiras da Antropologia e da História, tanto pelo rigor da pesquisa que a gerou como pela sofisticada discussão teórica que atravessa seu desenvolvimento.

A etnografia da revolta indígena ocorrida em 1893 no aldeamento do Itambacuri, Minas Gerais, desdobra-se numa análise minuciosa das ações e dos interesses de todos os agentes sociais envolvidos no processo de catequese dos Botocudos, dirigido por padres capuchinhos, que terminou com o desaparecimento do grupo indígena. Além da reconstituição das principais características da cultura indígena, o texto consegue captar as contradições presentes no processo de civilização, valendo-se de uma perspectiva ampla, em que os eventos que fazem a história cotidiana são interpretados pelas estruturas das cosmologias em conflito.

Os Botocudos habitavam a região delimitada pelos rios Doce e Jequitinhonha e foram classificados, nos Oitocentos, como os índios mais ferozes do Brasil. Os relatos levantados destacam a fealdade de seu semblante, o que, segundo seus observadores, indicava a degradação física e moral da humanidade desviada dos caminhos da civilização. Foi nessa

condição de exemplares vivos do estado mais primitivo da evolução que alguns Botocudos foram exibidos, em exposições ditas como científicas, como os animais que hoje vivem nos zoológicos, consolidando sua fama de feras indomáveis.

Civilização e revolta demonstra como essa imagem foi formada por meio de um complexo jogo de interação entre alteridades, segundo o qual a identidade do Outro passa por uma contínua reformulação, movimento de transformação ocorrido também entre as categorias sociocsmológicas dos povos envolvidos.

Entre essas categorias, encontra-se a noção de força (Yikégn) dos Botocudos, que atribui ao poder político uma dimensão sobrenatural. O líder Botocudo era visto como um ser dotado de poderes mágicos, como a capacidade de prever as ações dos feiticeiros inimigos que lançavam flechas invisíveis responsáveis pelas doenças e pela morte. Por intermédio dos rituais noturnos, as lideranças combatiam as ameaças que vinham pelo ar, trazendo, assim, cura e proteção aos grupos.

A atribuição de causas sobrenaturais às doenças e à morte significava, na prática, a transformação do malefício natural em problema político. Toda doença era vista como conseqüência das feitiçarias dos inimigos e devia ser vingada. Mesmo em momentos em que a convivência com pessoas de outros grupos, indígena ou não, era pacífica, bastava a irrupção de uma enfermidade para que os Botocudo se tornassem violentos.

Mattos encontra nessa representação de mundo a causa comum das revoltas praticadas pelos Botocudos no século XIX. Ao mesmo tempo, o movimento político da revolta diante do que é definido pelas categorias nativas como uma ameaça mágica ao grupo significa uma reinvenção do universo sociosimbólico e da identidade indígena. Valendo-se dessa análise, a autora contesta a visão construtivista da identidade e defende uma perspectiva de estudo que leve em conta,

ao lado do jogo situacional e relacional das forças políticas – no interior do qual emergem, disputando um lugar, os dife-

rentes atores sociais, entre os quais, os índios concebidos como sujeitos históricos –, a própria linguagem, inconsciente, virtual, capaz de fornecer as categorias que conferem sentido ao mundo vivido, responsável pela especificidade da experiência histórica e social indígena (p. 174).

Com essa visão, evento e estrutura são devidamente avaliados no estudo da identidade. Os momentos de mobilização das forças coletivas representam também uma redescoberta inconsciente das estruturas da socialidade indígena. Durante as situações de sofrimento coletivo produzido pela doença, a consciência das transformações políticas sofridas durante o processo de contato interétnico é aguçada. A resposta à dor – a reativação das práticas mágicas simbólicas – implica, por sua vez, o avivamento dos códigos cosmológicos e, com eles, o fortalecimento da sociedade como grupo político.

A cosmologia indígena também se mostrou criativa, com a língua Botocudo criando novas palavras que apreendiam as novas experiências produzidas pela situação de contato. Essa capacidade transformacional permitia não só a interpretação do Outro, como o posicionamento político diante dele:

A análise das freqüentes ‘revoltas’ ocorridas nos aldeamentos demonstra como a lógica da transitividade da magia, operada no universo guerreiro-xamânico dos Botocudos, estendia-se, de fato, para a compreensão da alteridade, tanto do ponto de vista epistemológico como sociológico (p. 409).

A articulação do político com a magia se mostra mais significativa quando os indígenas estão em interação com os missionários do Itambacuri. Os Botocudos acreditavam que seu poder mágico diminuía quando os índios se encontravam em terras dominadas pelas forças sobrenaturais dos missionários cristãos. O respeito pelos frades capuchinhos era tão grande que eles foram denominados

Kupan na Kantchu, deus na terra. Os símbolos cristãos, como o crucifixo, eram também admirados pelos indígenas, que os utilizavam no corpo, certos de sua eficácia na proteção dos perigos e das ameaças previstas na própria escatologia Botocudo.

Respeitados pelos índios, os padres capuchinhos foram bem-sucedidos no estabelecimento de uma linguagem de mediação, e o aldeamento de Itambacuri, durante vinte anos, cumpriu sua missão de subjugar os indígenas a um processo de civilização. O crescimento do aldeamento pode ser sentido pelos dados estatísticos fornecidos pelos padres, que apontavam a presença de 303 índios no ano de 1873. Quatorze anos depois, em janeiro de 1887, eram 1.042 índios nômades aldeados, mais 960 nacionais que cuidavam da agricultura. O relatório também indicava a presença de 460 índios nômades e malfazejos, ainda rebeldes ao processo de civilização.

O sucesso do aldeamento estava também na produção agrícola excepcional, que fez da região um oásis de fertilidade que atraía até os nacionais. Isso facilitava também as estratégias de miscigenação incentivadas pelos padres, como um meio de enfraquecimento da cultura Botocudo por sua mistura com caracteres exógenos. O crescimento de Itambacuri trouxe, no entanto, as sementes de sua própria destruição.

Os problemas começaram com a grande seca que afligiu o Nordeste no final da década de 1980. Um grande número de nacionais procurou o aldeamento, chegando até suas portas em situação miserável, corroídos pela fome e por doenças. A chegada dos retirantes provocou epidemias de sarampo e outras doenças e o aumento brutal nas taxas de mortalidade que atingiu centenas de pessoas dos povos ali representados. O desespero fez com que os padres perdessem o domínio simbólico sobre os nativos, com seu carisma entrando em declínio à medida que a morte causava novas vítimas, em especial entre as crianças. Dominados pelo medo, os freis narravam em cartas a difícil situação e pressentiam que suas vidas também corriam perigo.

Já os índios retornaram a seus rituais, cujo sentido é aqui determinado pela autora:

Reuniões noturnas – como as observadas entre os índios ‘civilizados’ durante a preparação da revolta – aconteciam entre os Botocudos quando, baseados numa lógica xamânica, articulavam em torno de estratégias políticas com a finalidade de vingar a morte de seus parentes. Essas ‘danças noturnas’ proporcionavam aos índios um sentido em relação às perdas sofridas através das acusações de feitiçaria inimiga, preparando-os assim, ritualmente, para os ataques – realizados sob uma forma traduzida pelos termos do indigenismo missionário daquela violenta virada de século, como ‘revolta’ (p. 364).

Os nacionais, expulsos do aldeamento pelo seu péssimo comportamento, também participaram dos ritos, incentivando os índios à violência. Durante meses, o conflito entre a polícia e os rebelados continuou. Provocou um verdadeiro genocídio que levou os Botocudos quase à extinção. Alguns indígenas, porém, arrependeram-se da revolta e retornaram aos padres em busca de perdão, o que simbolicamente implicava o “reconhecimento individual da culpa de ter desejado permanecer no estado da ‘selvageria’” (p. 369).

A revolta de 1893 ganha um significado maior quando lembramos a importância do momento, na vida política nacional, e do discurso que acompanha a Proclamação da República, dirigido para a construção da nação brasileira por meio dos caminhos da ordem e do progresso, ou seja, da civilização. Nesse momento,

a necessidade da configuração de uma nacionalidade homogênea era, então, concebida e projetada como ‘aperfeiçoamento da raça’ através de sua civilização – noção, por sua vez, cara ao indigenismo coetâneo e que abrangia, simultaneamente, os aspectos físicos e ‘industriais’ supostamente determinantes do comportamento dos diferentes atores sociais presentes nas

regiões de fronteira, onde as missões catequéticas eram estrategicamente estabelecidas (p. 404).

A ação das missões capuchinhas no Brasil teve como diretriz o modelo indigenista leigo, segundo o qual a civilização representou um valor mais importante que a cristianização. Relatos demonstram a desconfiança dos padres em relação às possibilidades de conversão dos indígenas, confirmando a tese de seus antecessores quanto à resistência da alma selvagem à evangelização. A mestiçagem era vista como a solução para a integração do índio no projeto de construção de uma nação civilizada, com o aldeamento funcionando como uma promessa de segurança e bem-estar. O trabalho de catequese tinha como objeto principal as crianças nascidas do cruzamento de raças, como meio de, também, afastá-las dos vícios que, em seus ancestrais, eram incorrigíveis. As crianças aprendiam a cultivar algodão e gêneros alimentícios. Logo foram transformadas em mão-de-obra escrava e comercializadas entre fazendeiros.

Fatos como esses demonstram a realidade de um processo civilizatório que exerceu, na prática, a ferocidade atribuída ao Outro. Ao demonstrar a complexidade do sistema socio-cosmológico Botocudo, *Civilização e revolta* contraria a lógica desse processo e elabora uma aguçada reflexão teórica sobre as relações entre evento e estrutura.

ANA LÚCIA MODESTO
Universidade Federal de Minas Gerais